



**UniCEUB – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**Indivíduo e Contexto:  
A Relação e a Construção da Realidade.**

**Brasília  
Novembro/2005**

**OLAVO VIRGÍLIO DE CARVALHO**

**Indivíduo e Contexto:  
A Relação e a Construção da Realidade.**

Monografia apresentada à  
Faculdade de Ciências da Saúde do  
Centro Universitário de Brasília,  
como um dos requisitos para a  
obtenção do Grau de Bacharel em  
Psicologia sob orientação do Prof.  
Dr. Fernando Luis Gonzáles Rey

**Brasília  
Novembro/2005**

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1 – A Epistemologia.....	8
1.1 – A Crença.....	9
1.2 – A Verdade .....	12
1.3 – A Justificativa.....	17
CAPÍTULO 2 – A Possibilidade, a Origem e a Essência do Conhecimento Humano. .	21
2.1 – A Possibilidade do Conhecimento .....	21
2.2 – A Origem do Conhecimento.....	24
2.3 – A Essência do Conhecimento .....	26
CAPÍTULO 3 – A Relação entre Indivíduo e o Mundo Externo .....	29
3.1 – Indivíduo .....	30
3.2 – O Mundo Externo .....	34
3.3 – A Relação.....	39
3.4 – A Organização Gerativa.....	44
CAPÍTULO 448 – Conclusão.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	50
Bibliografia Recomendada.....	50

A todos que mantêm viva a arte de sonhar.

Agradeço a *Égner Vitor* (grandes discussões filosóficas!), *Dayane Galvão*, *Luciana Kelly* e *Rosana Gonzaga*, verdadeiros amigos que iniciaram comigo este curso.

Agradeço a *Bruno Nogueira*, *Keila Willer*, *Flávia Silveira* e *Olavo Rigon*, meus grandes amigos e companheiros.

Agradeço aos amigos *Rodrigo Augusto* e *Clóvis Campos*, e meu primo *Daniel Virgílio* que participaram de muitas discussões sobre o que defendi neste trabalho.

Agradeço aos professores, e grandes pensadores, que fizeram a diferença em meu aprendizado: *José Eduardo* (Obrigado pelo livro!), *José Bizerril*, *Virgínia Turra*, *Suzana Joffily*, *Tânia Inessa*, meu grande orientador *Fernando Gonzales Rey* e meus amigos *Rogério Lopes* e *Eillen Flores*.

Agradeço ao meu primo *João Ronaldo*.

Agradeço a minha amada *Luana Lopes* e seu brilho em minha vida.

E um grande OBRIGADO aos meus amados pais, *Juçara Batichoti* e *Nelson Carvalho*, que me deram o amor suficiente para chegar aonde cheguei.

E a todos aqueles que não citei, mas que também dividiram comigo os inúmeros momentos de minha formação, e fizeram do movimento do conhecer uma atividade prazerosa.

Muito Obrigado!

**Resumo:** A discussão da relação do sujeito com o mundo externo a ele é o corpo principal deste trabalho. Para a realização do estudo faz-se uma breve jornada por alguns dos universos da filosofia. Apresentando a epistemologia, discute-se a crença, a verdade e a justificativa, critérios necessários à verificação do conhecimento. Estuda-se ainda a possibilidade, a origem e a essência do conhecimento humano, abordando algumas das principais teorias sobre este tema. Este trabalho apresenta também uma conceitualização dos termos indivíduo e sua subjetividade, mundo externo e a relação. Ao fim deste trabalho busca-se uma coesão das idéias e a introdução do conceito proposto pelo autor, o de Organização Gerativa.

**Palavras-Chaves:** Conhecimento; Sujeito; Mundo Externo; Relação e Organização Gerativa.

## INTRODUÇÃO

O estudo do conhecimento é necessário a qualquer área de estudo que pretenda construir um campo teórico sólido para galgar seu lugar definitivo no diverso mundo científico. A psicologia, como uma ciência ainda em fase de amadurecimento, tem na base de suas abordagens uma aceitação apriorística de um mundo de concepções que ainda necessitam de uma compreensão mais aprofundada. Em um destes campos pouco sondados pela psicologia, vemos o fato de como um indivíduo pode ter acesso ao real, e o que é este real. Em sua maioria as abordagens psicológicas apenas aceitaram uma realidade apriorística para então conceber suas teorias e técnicas sobre um corpo teórico já existente. Entende-se que as teorias devem buscar uma compreensão total de suas bases e justificativas para que possam então ser entendidas como tal. A eterna volta as matrizes do pensamento humano é um movimento necessário para manter a saúde desta área de estudo chamada psicologia.

Nosso objetivo aqui não é o de propor uma teoria unificadora para esta ciência, mesmo que venha a parecer para algumas abordagens que há aqui uma linguagem abarcadora de vários sentidos. O erro de se tentar universalizar é tão grave quanto o de se negar o estudo profundo das bases epistemológicas da psicologia. O que se pretende aqui é apenas se estabelecer mais um ponto neste imenso corpo teórico psicológico.

Para realizarmos tal proposição iniciaremos com um breve estudo dos fundamentos da epistemologia, sobre como adquirimos o conhecimento e o que é o conhecimento. Falaremos ainda de algumas visões e opiniões de autores que pensavam e formulavam noções sobre o acesso de um indivíduo ao conhecimento. Ao passar desta introdução, entraremos então na idéia central deste trabalho, onde defenderemos um ponto de vista mais específico.

Falar sobre a apreensão da realidade é nos remeter a um vasto campo de estudo que busca, desde os primeiros pensadores existentes, conceber a essência e as possibilidades do conhecer: a epistemologia. Esta é uma área da filosofia que se mostrou extremamente fértil ao longo dos séculos, e seus frutos são colhidos ainda hoje sempre que há a necessidade de se voltar às raízes das árvores do conhecimento.

Algumas destas 'árvores' elucidam sob seus galhos visões de um fruto real, palpável, tateável e independente da presença do ceifeiro para colhê-lo, apenas afirmando que os frutos amadurecem e caem tendo ou não pessoas para o recolherem. Já outras árvores do conhecimento, tão pomposas e frutíferas quanto a primeira, penduram sob seus braços a necessidade da mão do ceifeiro para que a fruta venha a se tornar realmente amadurecida e, assim como o conhecimento, ser uma extensão daquele que o colhe.

Fazer ciência é então a realização de uma colheita, onde nós, os ceifeiros, selecionamos os melhores frutos, analisamos, provamos seu gosto até as sementes, para que assim possamos recolhê-las e semear as idéias em um novo solo fértil. É bem verdade que alguns exageram na variedade e acabam por fazer uma salada de frutas pós-moderna, mas bem, isso já é uma outra história.

## **CAPÍTULO 1**

### **A Epistemologia**



*Começo a conhecer-me. Não existo.  
Sou o intervalo entre o que desejo ser e os outros me fizeram,  
Ou metade desse intervalo ,porque também há vida...  
Sou isso, enfim...  
Apague a luz, feche a porta e deixe de ter barulhos de chinelos no corredor.  
Fique eu no quarto só com o grande sossego de mim mesmo  
É um universo barato.*

*(Fernando Pessoa)*

A epistemologia tem como sua principal atribuição a explicação do que vem a ser o conhecimento. A teoria do conhecimento deve tecer a possibilidade de tornar distinguível o falso do verdadeiro, clarificar aos nossos olhos aquilo que pode ser chamado de conhecimento, e assim suas fontes e seus limites. A palavra epistemologia encontra suas raízes nos antigos termos gregos, “episteme” (conhecimento) e “logos”, (teoria ou explicação). Segundo o autor Luiz Henrique Dutra, o termo epistemologia é muitas vezes utilizado como sinônimo da expressão filosofia da ciência. Ainda segundo Luiz Henrique Dutra temos que:

*“É desta forma que encontramos o termo ‘epistemologia’ utilizado freqüentemente com o sentido de teoria da ciência e, neste caso, temos o mesmo significado da expressão ‘filosofia da ciência’. Mas o termo ‘epistemologia’ também é, por vezes, empregado para designar uma disciplina filosófica que trata do conhecimento em geral, e não apenas do conhecimento contido nas ciências, a disciplina também denominada tradicionalmente teoria do conhecimento. E este parece ser o uso que tem se tornado mais comum para o termo” (1998, pág. 12).*

Seguindo esta delimitação seguida por Dutra, utilizaremos para este presente trabalho, a definição que emprega seu significado para tratar do conhecimento em geral, então especificamente da filosofia da ciência. A epistemologia trabalha com aquilo que é chamado de conhecimento propositivo que é expresso por uma oração declarativa, ou uma afirmação propositiva. Ao propositivo iremos denominar o conhecimento de que algo é. Exemplificando, saber o que é um automóvel é diferente que saber como operá-lo.

A descrição contemporânea do conhecimento tem sido elaborada sobre a consideração de que o conhecimento é uma crença verdadeira e justificada. Segundo os autores *P.K. Moser, D.H. Mulder e J.D. Trout (2004)* a esta análise é dado o nome de tripartida ou descrição tripartida. A primeira destas três partes, o crer, ou acreditar, considera que para conhecer algo devemos acreditar neste algo, já que é um tanto quanto ilógico saber algo, mas não acreditar neste saber. Mas apenas uma crença não é suficiente, é preciso que ela seja considerada verdadeira, pois não há como saber algo falso. Sabemos então que um conhecimento dependerá de uma crença, mas uma crença verdadeira. Podemos conceber agora que ao norte da linha do equador, as pessoas que lá nasceram possuem um sério déficit moral. Isto pode até coincidentemente se mostrar verdadeiro, se houver lá, pessoas com esta descrição. Mas isso não significa que você saiba que há este tipo de pessoas ao norte da linha do equador. Para que saibamos isto é necessário que tenhamos como provar ou justificar tal inferência. Sendo assim, a terceira condição para o conhecimento é a sua justificação, ou seja, deve-se descobrir as razões pelas quais consideramos aquela crença como sendo verdadeira. Essas três condições são aceitas como suficientes para o conhecimento. Aproximaremos agora o nosso olhar a cada uma destas condições, para que desta forma possamos entender e compreender o seu funcionamento, identificando assim suas principais características.

## **1.1 – A CRENÇA**

A crença é sempre uma crença em um determinado estado de coisas. Assim, como diz o senso comum, só podemos acreditar se houver em que acreditar. Deste modo podemos afirmar que a crença parte de uma intenção, ou que é intencional, e possui um significado para aquele que nela acredita. Sua função é a representação ou um retrato do mundo em que vivemos. A crença exige a necessidade de um objeto propositivo, e a preposição que tem que existir para que ela seja verdadeira é a forma de expressão e o que dá sentido a ela. O objeto propositivo pode variar conforme o número existente de objetos passíveis de crença.

Dizer que nossas crenças são representações não é o mesmo que afirmar que temos pequenos quadros ou imagens da realidade dentro de nossas cabeças, ou seja, representações mentais. Esta referência é apenas um conceito e não uma preocupação – pelo menos até aqui – em se identificar a localidade desta representação. Não cabe aqui colocar nenhuma interpretação de teorias neurocientíficas e sua eterna busca reducionista de relacionar as partes cerebrais com estados mentais específicos. Os autores *P.K. Moser, D.H. Mulder e J.D. Trout* em seu livro *A teoria do Conhecimento: Uma introdução Temática*, escreveram que:

*“Hoje em dia, chegou-se virtualmente ao consenso de que as crenças são estados que contém informações, estados de um tipo especial. O tipo de informação contida nas crenças depende, pelo menos em parte, do modo pelo qual essas crenças representam o mundo. Se uma crença representa o mundo incorretamente – se o representa mal –, a crença é falsa. Se, por outro lado, ela representa o mundo corretamente, é verdadeira ou factual.”* (2004: p. 51)

Os autores destacam ainda que:

*“as crenças são estados de representação psicológica que podem ou não se manifestar no comportamento”* (2004: p.51).

A crença será então, de certa forma, um estado latente que funciona como uma espécie de disposição para concordar com certos conteúdos propositivos, dadas as circunstâncias adequadas. A crença não impõe ao indivíduo que ele compreenda tudo o que a constitui, todos os conhecimentos envolvidos nela, pois se isso fosse necessário nos restariam poucas crenças. Quanto maior nosso conhecimento sobre os conteúdos de nossas crenças, maiores são as condições para justificá-la.

Há de se fazer também uma distinção entre a atribuição de uma crença e a crença em si. Quando atribuímos uma crença supostamente verdadeira a um outro indivíduo, não podemos afirmar que esta crença é realmente verdadeira, ou afirmar que ela existe naquele indivíduo. Devemos lembrar que somos nós que inferimos as

crenças do outro, e este processo é feito sempre com base em nossas próprias crenças. Quando dizemos que um indivíduo acredita em algo específico, não devemos entender que ele conhece todos os conceitos necessários para crer nisto. Se for dito a uma pessoa que o excesso de sol pode prejudicar a sua saúde, esta pessoa irá ter atitudes para evitar esse excesso sem necessariamente saber todos os processos que envolvem a exposição aos raios que danificarão sua pele. Sendo assim, mesmo que a atribuição de crenças a certas pessoas seja pragmática, não devemos concluir que tal pessoa possui esta crença, conforme nos dizem os mesmos autores:

*“A utilidade da atribuição de crenças não é uma prova automática da existência das crenças” (2004: p.52).*

Dentro da noção de crenças há um antigo debate sobre a possibilidade de acesso que um sujeito pode ter a suas próprias crenças. Isto nos mostra que nem sempre a epistemologia se preocupa somente com o conhecimento que podemos ter dos outros que nos cercam, é possível também um estudo do autoconhecimento.

Alguns filósofos teceram uma idéia capaz de iluminar este debate, a chamada tese da Transparência. Esta tese nos diz que qualquer sujeito pode ter acesso imediato a todas as suas crenças através da introspecção ou a observação imediata de sua mente. É como se pudéssemos explicar aquilo em que acreditamos com uma simples reflexão sobre nossos conteúdos, achando assim todas as causas de nossos comportamentos. (Vale ressaltar que aqui o conceito “comportamento” faz referência a estados mentais, ou processos cognitivos, e não se assemelha de nenhuma forma à noção behaviorista de comportamento). Em oposição a esta teoria da transparência, podemos afirmar que nem toda explicação de comportamento é imediatamente perceptível pela atenção interna, já que alguns estados não podem ser observados à vontade pelo sujeito, que muitas vezes não tem consciência destes processos no momento em que estes estão acontecendo.

Os autores *P.K. Moser, D.H. Mulder e J.D. Trout* colocam como fator determinante contra a tese da transparência que: “as crenças não são ações, mas estados de disposição” (2004: p.55). Que, sendo assim, podem permanecer por um

longo tempo sem se manifestar, mas ainda assim continuarem a existir, como já dito anteriormente. É interessante pensar as crenças como sendo um ‘estado de disposição’, pois esta noção nos remete à idéia de algo pronto para disparar sempre que determinada situação ou evento ocorrer.

A psicologia, de um modo geral, trata da tese da transparência conforme a crítica aqui apresentada. Não precisamos ter que recorrer à psicanálise e sua gama de processos inconscientes e, portanto, a princípio inacessíveis ao sujeito; e nem ao behaviorismo (mesmo que este negue os processos mentais), que não postula a plena “consciência” de um indivíduo sobre o seu repertório de comportamentos, para afirmar que não é possível a um sujeito acessar todos os seus estados psicológicos e suas causas através da pura introspecção. É necessária a existência de mais alguns fatores para que possamos ter acesso a estas crenças, o que será mais especificamente abordado durante a terceira parte deste texto.

Portanto, podemos fechar esta primeira parte, dizendo que as nossas preferências epistêmicas são representativas de nosso mundo, estão em estado de disposição e não são imediatamente acessíveis a nós mesmos.

## **1.2 – A VERDADE**

Dando continuidade ao estudo dos requisitos necessários ao conhecimento, falaremos agora sobre a verdade, a segunda condição que apresentaremos. É comum a noção de que o conhecimento é sinônimo de liberdade, que quanto maior o nosso acesso ao conhecimento, maior é a nossa libertação, o que se aplica também ao autoconhecimento, pois se autoconhecer é saber de suas próprias capacidades e aptidões. Aqui, então, estaremos buscando as condições que uma afirmação ou uma crença deve cumprir para que seja considerada como verdadeira. Analisaremos aqui que a capacidade de se identificar os critérios corretos para discernir uma verdade é dificultada pela relação existente entre indivíduo e realidade. Em relação a isso, será formulada uma nova proposta. O conceito de verdade possui várias

atribuições conhecidas, e um entendimento confuso destas pode contribuir para o fracasso deste estudo.

A verdade pode ser entendida como material ou real, como utilizada pelas ciências naturais. Aqui o conteúdo do conhecimento deve estar simetricamente relacionado com seu objeto real, deve haver uma verificação desta correspondência com o objeto real. A verdade pode ser também entendida como resultado da falta de contradição de um pensamento conforme as leis da lógica formal, o raciocínio deve estar coerente com ele mesmo, o que é nomeado como verdade lógica ou verdade da razão.

Há ainda as chamadas verdades axiomáticas, conforme nos diz Jacob Bazarian (1994):

*“A verdade axiomática ou convencional, como nas matemáticas, onde certos axiomas e postulações, que não são evidentes, nem generalizações experimentais e nem hipóteses aceitas em vista de fazer sua verificação ulterior, são considerados convenções no sentido que dependem da determinação dos cientistas entre si”* (p. 136).

Mesmo sendo uma convenção de valores, estes axiomas não devem ser arbitrários, mantendo uma relação com os fatos experimentais, tendo assim um certo fundamento objetivo. Assim como a ciência, o social também tem suas convenções estabelecidas pelos homens. A verdade axiológica em si são valores determinados pelos indivíduos dentro de um contexto social, como os valores éticos, religiosos, estéticos etc.

Dentro das chamadas verdades axiomáticas, encontramos a verdade moral, por meio da qual uma pessoa exprime o que realmente pensa, sendo as palavras de um indivíduo coerentes com seus pensamentos ou julgamentos. A verdade político-estadual, estabelecida por interesses econômicos e/ou grupos políticos e governantes de um país, da qual se origina a ideologia, questão a que não vamos nos

ater. Por fim, a verdade que é imposta por uma religião, não necessitando assim de uma coerência com o real, é chamada de dogmática ou religiosa.

Muitos filósofos defendem que a busca pela verdade é a busca pela objetividade em si, e para isto tratam de diversas teorias que tentam encontrar, e lidar, com esta tal verdade. *P.K. Moser, D.H. Mulder e J.D. Trout (2004)* citam que:

*“Segundo uma antiga tradição do que é necessário para que uma afirmação seja verdadeira, é preciso haver uma correspondência adequada entre as afirmações verdadeiras e as características reais do mundo” (p. 73).*

Esta visão irá defender que afirmações tomadas como verdadeiras devem corresponder em algum grau à realidade, ou seja, só se pode ver estas palavras que você está lendo agora neste texto sobre epistemologia, porque elas existem na realidade. Aqui, a verdade não é função da relação do indivíduo com o objeto, mas ela independe desta relação. Seguindo o mesmo caminho, o autor *J. Bazarian (1994)* define a verdade como:

*“a correspondência, a concordância, a conformidade, a adequação, do pensamento com o ser, do sujeito com o objeto, do juízo com o objeto real, da idéia com a coisa” (p. 132).*

Esta definição nos clareia a idéia sobre a verdade, mostrando que esta ‘ligação’ correta do indivíduo com a realidade, torna correta ou verdadeira uma crença em determinada coisa ou objeto. Sabemos então que o seu contrário é o erro, um juízo equivocado que não se adequa ao real. Voltamos a dizer então que uma crença tida como verdadeira não é necessariamente uma conformidade absoluta ou perfeita com a coisa real. Podemos ter um conhecimento verdadeiro sem que este seja completo.

Essa concepção de verdade pode se tornar um tanto quanto problemática se analisarmos com um pouco mais de paciência esta correspondência citada. Se tomarmos para nós que esta correspondência é então um retrato do mundo, definir como ela ocorre se torna uma tarefa difícil. Mas se isto for realmente aceito, podemos

pensar, então, a que realidade irá se remeter a simples afirmação de que, ‘Se você fosse presidente do Brasil, seria famoso’ (Adaptado de A Teoria do Conhecimento, 2004: p.74). É difícil ver exatamente o que esta afirmação verdadeira tem em correspondência com a realidade. Podemos ainda questionar este ‘retrato de um objeto’, já que nossa percepção nos engana e faz com que enxerguemos um dado objeto diferentemente de um outro indivíduo ou grupo. Esta conturbada relação de correspondência do indivíduo com o objeto real pode ser resolvida oferecendo-se uma concepção diferente da verdade por correspondência. Podemos dizer que quando uma afirmação declara o que de fato é, ela é considerada verdadeira. Desta forma podemos compreender a fama de se ser presidente do Brasil, já que é fato tal afirmação.

Diante desta dificuldade de se especificar como ocorre esta relação, os filósofos foram levados a criar uma outra definição para verdade. Definiu-se que uma afirmação só é verdadeira se “guarda uma relação adequada com algum sistema de outras informações” (*P.K. Moser, D.H. Mulder e J.D. Trout, 2004: p. 77*), a qual é dado o nome de definição por Coerência. O principal ponto aqui é a não definição de verdade como uma relação entre as afirmações que um indivíduo faz e o mundo real, mas sim a relação das afirmações com um sistema de várias afirmações.

O grande problema desta definição é saber a qual sistema de afirmações devemos remeter uma crença para que ela se torne verdadeira? Se pegarmos como exemplo as famosas estruturas de personalidade psicóticas, tão estudados em algumas áreas da psicologia, veremos que a crença de um indivíduo possuidor deste tipo de estrutura irá ter relação com um sistema de afirmações possuídas por ele, e mesmo assim concluiremos que grande parte de suas crenças se mostrará falsa. Nota-se também uma posição um tanto quanto relativista, pois se uma crença deve manter uma relação com um sistema de afirmações para se tornar verdadeira, essa verdade poderá variar de pessoa para pessoa, ou dentro de grupos e ainda em diferentes culturas. Se ainda assim existir um sistema que seja verdadeiro e independente de qualquer sujeito ou cultura, estaremos então lidando com uma situação um tanto quanto estranha, já que o que se busca definir na tese da coerência é justamente o que é a verdade. Portanto, se não forem especificadas as condições que definem os sistemas de



afirmações, poderemos negar qualquer caminho proposto através da coerência para se identificar a verdade.

Surge então uma outra proposta de identificação da verdade, o utilitarismo. Esta visão defende que nossas crenças são verdadeiras se recebem uma certa validação quando expostas a relação com a realidade. Colocado de uma outra forma, uma afirmação é verdadeira se for útil em certo modo.

Este critério para se identificar a verdade foi sistematizado e difundido pelo Pragmatismo, que define como sendo o único critério de verdade a sua utilidade prática ou seu êxito. É defendida aqui a utilização da verdade como um instrumento para ação, e é o resultado desta ação que irá construir o valor da verdade. Sendo assim, o verdadeiro é o verificado, é a hipótese que suporta o controle das provas estabelecidas. Esta noção nos leva para um entendimento de que as coisas não são verdadeiras em si, mas podem vir a se tornarem caso seja comprovada sua utilidade.

Pensar desta forma nos leva a aceitar o fato de que a verdade pode variar de um indivíduo para outro indivíduo conforme a utilidade variar, o que é uma concepção de verdade um tanto quanto relativista, não havendo uma clara distinção entre certo e errado. Pode-se também raciocinar que a variedade da utilidade da verdade leva a uma justificativa moral para se alcançar qualquer fim, já que a única justificativa necessária é a sua funcionalidade. Temos então o fim justificando seus meios.

Cabe-nos agora, devido ao excesso de citações feitas, adentrar ao relativismo e sua concepção de verdade. O relativismo é usado a esmo pelo senso comum, mas suas atribuições por tal meio não equivalem à sua real noção passada pelo relativismo. Dizer que para mim um carro parece verde e que para você ele parece azul, não é uma afirmação relativista, já que sabemos que um indivíduo pode ter informações naquela situação que outro indivíduo não possui. Segundo esta teoria, o correto seria afirmar que para mim o carro é verde e para você é azul.

Para o relativismo, então, os critérios que possam ser utilizados para a identificação da verdade são a verdade propriamente dita. É importante distinguir que se pode definir o que são as verdades, e pode-se ainda debater quais os métodos que alguém pode utilizar para identificar uma afirmação ou uma crença.

*“São esses métodos ou regras que se usariam para procurar ou escolher as crenças e afirmações que atendem às condições que definem a verdade” (P.K. Moser, D.H. Mulder e J.D. Trout, 2004: p.70).*

Sendo assim, precisamos saber que o relativismo acaba com a diferença entre os critérios que nos levam a identificar e os que nos levam a definir a verdade.

*“Se existe, pois, uma certa relatividade na identificação do que é verdadeiro, e se as regras para a identificação da verdade são também os próprios critérios de verdade e falsidade, decorre daí que a verdade é relativa” (P.K. Moser, D.H. Mulder e J.D. Trout, 2004, Pág.71).*

A falta desta distinção entre identificação e definição nos leva ao estado de nunca estarmos enganados com relação aos nossos juízos, a não ser que os critérios de definição da verdade sejam muitos bem delimitados.

### **1.3 – A JUSTIFICATIVA**

Vimos até aqui que o conhecimento é uma crença verdadeira, uma representação latente que possui critérios de identificação. Mas apenas isto não é suficiente para que tenhamos conhecimento de algo, é necessário que estas duas condições tenham uma relação apropriada, uma justificação de que há realmente ao norte da linha do equador pessoas com déficits morais, retomando aqui nosso exemplo anterior. Entraremos agora na parte final deste capítulo, onde iremos abordar a última condição necessária para o conhecimento, a sua justificativa.

Muitos filósofos defendem que o conhecimento necessita de provas, razões que o justifiquem, o que chamaram de justificação epistêmica. Ela pode ser dividida em duas formas, a justificação indutiva e a justificação dedutiva. A justificação dedutiva é: “Quando uma proposição justificativa acarreta logicamente aquilo que ela justifica...” (2004, p.86). Se eu digo que *o presidente do Brasil é famoso e eu sou presidente do Brasil*, logo, eu sou famoso, será então impossível que as proposições justificativas sejam verdadeira e as crenças falsas.

No caso da justificação indutiva, a justificação de uma preposição não precisa implicar logicamente a proposição justificada. Ao contrário da dedução, se a proposição justificativa for verdadeira a preposição justificada não será, necessariamente, verdadeira também. Posso dizer que *quase todos os governadores do Brasil são famosos e o estado do Amapá, no Brasil, possui um governador*. Esta justificação indutiva nos leva a crença de que não é preciso que ela seja verdadeira para que seja justificada pela proposição em questão. “A verdade não é uma condição necessária para a justificação de uma preposição” (2004, pág. 87). Os epistemólogos contemporâneos consideram que a justificação do conhecimento é sempre anulável, o que significa que se um indivíduo adquirir justificativa superior para as provas que ele possui, a justificativa irá perder importância.

A exposição dos tipos de justificação nos leva a entrarmos em uma área que gera um grande interesse e uma grande polêmica na filosofia, a justificativa das crenças sobre o mundo exterior. Há uma grande parte dos epistemólogos que irão defender que a crença sobre a existência em objetos independentes da mente, é objeto de justificação indutiva, pois não é justificado logicamente.

Este fato nos leva a questionar a crença que se justifica através de outra crença – indução –, já que seria necessário explicar como se justifica esta última, que caso fosse explicado por outra crença, criaria um ciclo eterno de justificações. A este argumento, os céticos nomearam como o problema da regressão. Os filósofos então sugeriram quatro respostas, ou soluções, a este problema cético, os quais são expostos em A Teoria do Conhecimento, uma introdução temática a partir da página 89.

A primeira solução que analisaremos diz respeito à noção de que a regressão infinita das justificativas pela inferência não anula a proposição justificativa. Esta teoria, chamada de infinitismo epistêmico, afirma que esta regressão infinita, ao contrário de ser um problema, é na verdade a condição necessária para a justificação. Esta afirmação é criticada, pois as crenças só serão justificadas se as crenças que a sustentam forem também justificadas. Há ainda a idéia de que essa regressão infinita dependerá essencialmente de um tempo infinito, já que para se estabelecer crenças leva-se um certo tempo. Isto é colocado em xeque, pois, como sabemos, os seres humanos não possuem uma existência infinita.

A segunda solução proposta diz respeito à coerência epistêmica. Defende que toda justificação deve estar ligada coerentemente a um sistema de crenças para se justificar, o que contradiz a regressão linear proposta pelo infinitismo. Os coerentistas afirmam que a regressão cairá rapidamente em um sistema de crenças gerais e arraigadas em nossa visão básica de mundo. A crença se remeterá sempre a uma espécie de rede de crenças e não somente a uma crença específica e anterior. *P.K. Moser, D.H. Mulder e J.D. Trout (2004)* citam que:

*“Segundo o coerentismo epistêmico, a justificação de qualquer crença depende das relações de coerência dessa crença com outras crenças” (2004, Pág. 93).*

Em uma terceira resposta ao problema da regressão, o fundacionalismo epistêmico propõe que existem tipos de crenças que são justificadas não por outras crenças, mas sim por uma relação direta com a experiência perceptiva de um indivíduo, o que não é uma crença em si. A estas crenças dá-se o nome de não inferencial ou fundamental. Todas as outras crenças são inferências, pois irão derivar, em última análise, das justificativas fundamentais. O fundacionalismo defende que a experiência da percepção pode justificar a crença mesmo que esta percepção nos engane ou não seja totalmente confiável. Com isso surge o confiabilismo epistêmico que afirma que se estas crenças partem da percepção de um indivíduo, elas têm o poder de conduzir à verdade, e que, se não pudermos confiar na percepção, não poderemos justificar as

crenças. Essa confiabilidade iria gerar uma sustentação para as crenças que delas viriam.

A última solução, a regressão, é uma alternativa às três propostas que vimos até aqui. O contextualismo irá defender que as crenças são justificadas por crenças que por sua vez se apóiam em “proposições contextualmente básicas” (P.K. Moser, D.H. Mulder e J.D. Trout, 2004: p. 104). Estas crenças contextuais, embora não se apóiem em evidências, são aceitas como ponto de partida da sua investigação e podem servir como base para outras crenças. As proposições contextuais podem ainda variar segundo os diversos grupos sociais.

## **CAPÍTULO 2**

### **A Possibilidade, a Origem e a Essência do Conhecimento Humano.**

*Eu não sou eu nem sou o outro,  
Sou qualquer coisa de intermédio:  
Pilar da ponte de tédio  
Que vai de mim para o Outro.*

*(Mário de Sá-Carneiro)*

Neste segundo capítulo iremos falar sobre três questões contidas em achados epistemológicos, problemas que suscitam a dúvida sobre a possibilidade do conhecimento humano, sua origem e sua essência. Sobre o primeiro deveremos esclarecer se a concepção de que ocorre um contato entre sujeito e objeto está correta. Quanto ao segundo, nos caberá dizer qual é a principal fonte em que buscamos nossos conteúdos, a razão ou a experiência. Em relação ao terceiro ponto, iremos citar o verdadeiro problema do conhecimento, a relação entre sujeito e objeto.

## **2.1 – A POSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO**

Dentro das possibilidades do conhecimento humano, encontramos cinco soluções possíveis. A primeira faz referência ao dogmatismo, onde o contato de um indivíduo com um objeto é simplesmente pressuposto e o problema do conhecimento não chega a ser levantado. Este é um dos mais antigos pontos de vista adotados pelo homem, uma confiança na eficiência da razão humana, que acabou se mostrando como uma posição ingênua. Um dogmático acredita que os objetos do conhecimento nos são dados já prontos, como devem ser, e não através de uma mediação realizada pelo conhecimento. O contato entre indivíduo e objeto é inquestionável e fruto de uma consciência humana que não foi acometida pela dúvida.

Ao contrário do que prega o dogmatismo, o ceticismo defende que um indivíduo não é capaz de apreender um objeto, não ocorrendo, portanto, um contato entre ambos. Esta apreensão é impossível à consciência de um sujeito. Colocando-se em uma posição onde prevalece o sujeito, o ceticismo não dá valor ao objeto, renegando-o como fonte de conhecimento. Esta posição o leva a voltar sua atenção a fatores do conhecimento humano tidos como subjetivos. Obviamente, ao negar qualquer forma de conhecimento encontramos uma complicação no argumento cético, pois ao formular a afirmação de que não se pode conhecer, postula-se uma forma de conhecimento, o que é claramente uma contradição

Nem tão certo quanto o dogmatismo e nem tão duvidoso quanto o ceticismo, o conhecimento assume uma posição variável para o subjetivismo e para o relativismo. Aqui a verdade é tratada e aceita como existente, mas ela não é ainda entendida como possuidora de uma validade universal, sua validade é limitada. Para o subjetivismo, a verdade é sempre restrita ao indivíduo que conhece, o que pode ser considerado como genérico ou individual. Sendo genérico, o conhecimento pode ser entendido como acima do indivíduo ou válido para mais de um indivíduo. Mesmo assim ainda não pode ser compreendida como sendo um conhecimento geral. O subjetivismo genérico defende ainda que o conhecimento é válido apenas para o gênero humano. Do ponto de vista do subjetivismo individual, o conhecimento tem validade apenas para o sujeito que o conhece, é exclusivo deste.

O relativismo, por sua vez, defende que toda a verdade é relativa e dependente de fatores externos ao indivíduo, como influências ambientais e culturais. J. Hessen afirma que “O âmbito de validez da verdade coincide com o âmbito cultural do qual provém seu defensor. Todas as verdades matemáticas, filosóficas e das ciências naturais valem apenas no âmbito cultural a que pertencem” (Hessen, J. 2003: p. 37). Esta posição adotada pelo relativismo frente à verdade desloca o eixo do conhecimento para fora do indivíduo, colocando-o como função da cultura, ao contrário do que defende o conhecimento subjetivo.

Tanto o subjetivismo quanto o relativismo são percebidos em contradição quando entendemos que a essência da verdade é justamente a sua universalidade, a concordância do conhecer com o objeto conhecido. Portanto não se pode falar de verdade sem negar tal concepção, já que não há como falar do conceito de verdade e negar seu valor geral, o que nos mostra que verdade relativa pode ser entendida como uma não verdade.

O pragmatismo é a quarta solução que apresentamos para a possibilidade do conhecimento. Para esta corrente filosófica, o homem é um ser prático e ativo que detém a capacidade de querer e agir para atuar na realidade, e não para conhecê-la. Afirma-se que verdadeiro é aquilo que é útil, que promove a vida, aquilo que é

submetido à vontade. A verdade é a “concordância do pensamento com os objetivos práticos do homem” (Hessen, J. 2003: p. 40). Esse pensamento mostra-se equivocado quando pensamos em verdades que apesar de serem servidoras da vontade não serviram ou não foram benéficas, como por exemplo, as guerras humanas.

A última solução à possibilidade do conhecimento apresenta argumentos que a aproximam tanto do dogmatismo quanto do ceticismo. Essa solução é advinda do filósofo Emmanuel Kant, mas não será tratada aqui enquanto sistema criado por ele, e sim, entendida apenas como um método de análise. Trata-se do criticismo, um meio termo ao dogmatismo e ao ceticismo, e possuidor de um espírito crítico e explorador que formula incansavelmente perguntas sobre as fontes das afirmações e as bases sobre as quais estão construídas. O criticismo confia na razão humana, mas põe à prova toda a sua afirmação. Acredita que a verdade existe e que o conhecimento é possível, mas não aceita que qualquer conhecimento seja determinado.

## **2.2 – A ORIGEM DO CONHECIMENTO**

Tendo concluído esta breve dissertação sobre cinco possibilidades existentes para o conhecimento humano, devemos agora voltar para uma outra questão de fundamental importância para este trabalho e o estudo do conhecimento: a origem do conhecimento. Como vimos, o conhecimento pode ser adquirido por meio da ação de nosso pensamento, ou ainda através de nossas vivências e da relação com o cultural. Temos então que o conhecimento pode ser fruto da razão humana ou da experiência que temos no mundo.

A primeira origem do conhecimento que veremos é chamada de Racionalismo, um ponto de vista que concebe como sendo a principal fonte de conhecimento humano a razão, ou o pensamento. Quando um indivíduo trata com



juízos julgados corretos pela sua razão, e o inverso não pode ser possível, pois seria uma contradição, entende-se que não há porque esse juízo ser de outro modo e que deve ser assim sempre e em toda parte. A afirmação 'o todo é maior do que a parte' é um exemplo de juízos lógicos e universais. Afirmar o inverso, as partes são maiores que o todo, é um tanto quanto ilógico perdendo assim seu valor de conhecimento racional. O conhecimento é aquilo que é necessário e possui validade universal. Existem ainda juízos que são válidos apenas dentro de um campo determinado e dependentes da experiência. São juízos que não possuem uma necessidade lógica e que, portanto, não possuem universalidade, como 'a água ferve a 100 graus celsius'. Esta afirmação não é logicamente necessária, e, até onde sabemos, água ferve nesta temperatura, mas nada impede que venhamos a descobrir que ela pode ser fervida a outra temperatura. Sendo assim, o conhecimento é dependente do pensamento, que é o fundamento do conhecer humano. As concepções do racionalismo têm sua origem na matemática, um conhecimento dedutivo e conceitual, que tem sua sede no pensamento e atua com total independência a experiência.

Em contraponto à noção de que o conhecimento é fruto da razão humana, o empirismo afirma que a única fonte do conhecimento, mesmo os mais universais, é a experiência, sendo ela uma reflexão de algo interno ou uma sensação de algo externo. Este conceito traz consigo a idéia de tábula rasa, algo em branco no qual a experiência deixa suas marcas. O empirismo afirma ser inútil procurar por conceitos já existentes antes da experiência, pois o conhecimento advém de fatos concretos que não podem estar prontos no espírito. O pensamento, para o empirismo, se limita a atuar como uma ligação entre os conteúdos adquiridos sensivelmente. Desta forma o empirista nega qualquer especulação metafísica, já que o limite do conhecer é tangido pelo limite da experiência a que podemos ter acesso.

De pontos concordantes do racionalismo e do empirismo, surge o intelectualismo. Esta corrente filosófica afirma que há sim juízos do pensamento de validade universal, mas que os elementos que compõem estes juízos são adquiridos através da experiência. A consciência retira seus conceitos da experiência. Ao contrário do empirismo, afirma que há no pensamento, além das percepções adquiridas,

conceitos gerados por ele, embora estes mantenham uma relação com conteúdos advindos da experiência.

Ainda como uma solução mediativa entre o empirismo e o racionalismo, surge o apriorismo. O apriorismo aceita como fontes do conhecimento tanto o pensamento quanto a experiência, mas, contrário ao intelectualismo, afirma que não há nenhum conteúdo anterior à experiência, e sim formas de conhecimento prontas para receber os conteúdos captados do contato com o objeto. “A razão leva, por assim dizer, as formas a priori até o material da experiência e determina, dessarte, os objetos do conhecimento” (Hessen, J. 2003: p, 63). Temos então, uma visão mais ativa do pensamento, uma atitude espontânea que dá forma ao conhecimento. Esse apriorismo advém de Kant, que advogava que o material do conhecer vêm da experiência, as sensações, enquanto que a forma é dada pelo pensamento. O pensamento ordena as sensações ligando-as a outras sensações, fazendo com que elas se relacionem. “A consciência cognoscente introduz ordem no tumulto das sensações na medida em que as ordena espacial e temporalmente na simultaneidade ou na sucessão” (Teoria do Conhecimento, 2003, pág, 63).

### **2.3 – A ESSÊNCIA DO CONHECIMENTO**

Trataremos agora do que é considerado como o verdadeiro problema do conhecimento. A relação do sujeito com o objeto pode ser solucionada de duas maneiras: o realismo, que concebe a existência dos objetos reais independentes da consciência que conhece, ou o seu oposto, o idealismo, que defende que não há coisas reais independentes de nossa consciência.

Dentro do realismo podemos encontrar algumas ramificações de sua estrutura. Há o realismo ingênuo, no qual o problema sujeito - objeto ainda não está definido claramente; há o realismo natural e sua diferenciação do conteúdo perceptivo e o objeto e por fim há o realismo crítico, o qual será o centro de nossas preocupações. O realismo crítico defende que há características ou propriedades existentes nos

conteúdos que não advém dos objetos. Afirma que as qualidades destes objetos que são apreendidas por apenas um de nossos sentidos, ditas qualidades secundárias, como cores e sons, possuem um caráter subjetivo. Obviamente há um correspondente real que é responsável por estimular nossa consciência. Se eu sei que mais de uma pessoa compartilham uma determinada percepção, devo saber que há algo no real que seja responsável por isso. Desta forma, as qualidades e características representam a reação de nossa consciência frente aos objetos reais. As qualidades sensíveis primárias são aquelas que são apreendidas por mais de um sentido, como o movimento, o tamanho, o espaço e outros mais. Elas possuem um caráter objetivo, ou seja, determinado pelo objeto.

O realismo crítico fundamenta as qualidades secundárias sobre os fundamentos das ciências naturais. Considera estas qualidades como uma reação da consciência aos estímulos determinados. O autor J. Hessen nos diz que: “Esses estímulos não são as próprias coisas, mas influências causais das coisas sobre os órgãos sensíveis”. (Hessen, J. 2003: p. 77). Sabemos ainda que a fisiologia cede alguns argumentos para este realismo. Afirma que a estimulação de nossos sentidos não equivale a uma imediata consciência do objeto. Há antes disso, inúmeros processos cerebrais que irão permitir esta consciência. Sabemos também que as sensações não podem ser somente frutos da percepção, há a ação de nossa consciência sobre o objeto, dando a ele qualidades subjetivas, assim como nos mostra a psicologia e sua grande diversidade.

O realismo crítico afirma como fundamento que há objetos reais, e eles independem de nossa consciência. Diferencia as percepções das representações, dizendo que um mesmo objeto pode ser percebido por mais de um indivíduo, enquanto uma representação é exclusiva do sujeito que a cria. Esta diferença leva-nos a noção de que o objeto não é dependente da vontade de um indivíduo. Eu posso modificar as minhas representações, alterá-las e colori-las, mas à percepção isto não é possível, já que seu conteúdo não depende de nossa consciência. O realismo demonstra ainda, dizendo que, mesmo que deixemos de estar sensíveis a um objeto, ele permanecerá

existindo. Você pode tapar seus olhos nesse instante e ter certeza de que, ao abri-los, haverá ainda à sua frente, estas palavras escritas, igualmente como você as deixou.

No ponto de vista oposto ao realismo, encontramos uma posição filosófica que nega a existência de objetos reais e não dependentes de nossa consciência: o idealismo. A completa negação do real fez com que o idealismo identificasse dois únicos tipos de objetos, aqueles que pertencem à consciência e os que pertencem aos ideais. O primeiro, também chamado de idealismo subjetivo ou psicológico, defende que as coisas são apenas conteúdos da consciência, e, se já não são mais percebidos pelo sujeito, elas deixam também de existir. Os conteúdos da consciência são tudo o que existe, e por trás das sensações que tenho de um objeto não existe nada que as esteja provocando.

O idealismo lógico ou objetivo enxerga os objetos como produzidos no pensamento. Ao contrário do idealismo psicológico, este tipo de idealismo diferencia o que é dado pela percepção da percepção em si. O idealismo lógico não trata o objeto como sendo real, assim como faz o realismo. Apenas entende que devemos definir logicamente o que é dado na percepção. Vê os objetos como construídos pelo pensamento, como frutos de um juízo, algo de natureza lógica. Para o idealismo lógico o objeto é um ser construído na medida em que se forma o conceito deste objeto.

Como vimos, o idealismo é a afirmação de que um objeto não pode ser real, mas sim ideal. O autor J. Hessen cita o argumento dos idealistas da seguinte forma:

*“O idealismo não se contenta em formular essa tese, mas também procura prová-la. Argumenta que é contraditório pensar num objeto independente da consciência, pois na medida em que penso num objeto, faço dele um conteúdo de minha consciência. Se, ao mesmo tempo, afirmo que o objeto existe fora de minha consciência, eu me contradigo”* (Hessen J. 2003: p.84)

## CAPÍTULO 3

### A Relação entre Indivíduo e o Mundo Externo

*Passa uma borboleta por diante de mim  
E pela primeira vez no universo eu reparo  
Que as borboletas não tem cor nem movimento,  
Assim como as flores não têm perfume nem cor  
A cor é que tem cor nas asas da borboleta,  
No movimento da borboleta o movimento é que se move  
O perfume é que tem perfume no perfume da flor  
A borboleta é apenas borboleta  
E a flor é apenas flor.*

*(Fernando Pessoa)*

Vimos até aqui que o estudo sobre o conhecimento, com suas qualidades e limitações, nos apontou várias direções e todas elas nos levaram a estruturar diferentes formas de entender e conceber as construções do acesso ao conhecimento. Esta compreensão de como é a relação do indivíduo com o que chamamos de realidade será o que iremos abordar neste capítulo, dedicado ao trabalho de agregar alguns pontos que vimos até agora, com o objetivo final de construir um pensamento coeso sobre o que é a realidade e como funciona sua relação com o indivíduo.

Um entendimento do que vem a ser a relação do indivíduo com a realidade deve abranger todos os pontos envolvidos nesta proposta. Para isso, desenvolveremos uma breve construção de como esta teoria trata o conceito de indivíduo, para em seguida dissertarmos sobre o que vêm a ser o mundo externo e suas concepções, chegando então ao processo relacional entre ambos. Isto nos levará a compreender o conceito proposto de *Organização Gerativa*.

### **3.1 – INDIVÍDUO**

Um ser humano é chamado, ou considerado, indivíduo devido ao fato de possuir características únicas que o diferenciam entre seus semelhantes, onde suas atitudes, emoções e pensamentos são partes de um ser indivisível detentor de uma identidade que é construída a cada instante na relação com o mundo. Os termos indivíduo, sujeito, pessoa, ser humano, que serão utilizados neste texto, possuem todos um ponto de semelhança: todos fazem referência a um ser ativo, um ser que cria e recria a si mesmo influenciando todos os processos que o envolvem no mundo, atuando como um modificador perante as leis estabelecidas na natureza.

Um indivíduo é um ser desejante, um ser que está sempre em busca, um ser que não se sente completo e entende, na capacidade de suas próprias mãos, a vontade de alcançar aquilo que lhe falta. O sujeito é detentor de uma história de vida,

um conjunto de todas suas vivências e experiências adquiridas ao longo de sua existência. Ele é a junção de vários momentos e, é, um momento único de um contexto específico. O sujeito é a representação de sua história de vida.

A noção de indivíduo, ou sujeito, nos leva a compartilhar a construção teórica feita por Gonzáles Rey em seu livro *Sujeito e Subjetividade*:

*“O sujeito em sua processualidade reflexiva intervém como momento constituinte de si mesmo e dos espaços sociais em que atua, a partir dos quais pode afetar outros espaços sociais. O sujeito representa um momento de subjetivação dentro dos espaços sociais em que atua e, simultaneamente, é constituído dentro desses espaços na própria processualidade que caracteriza sua ação dentro deles, a qual esta sempre comprometida direta ou indiretamente com inúmeros sistemas de relação”* (2003: p. 235).

Isto demonstra a capacidade que o indivíduo tem de transformar sua própria atitude perante o mundo, transformando assim o próprio mundo. Esta noção é de fundamental importância, pois o entendimento de um indivíduo que ‘afeta’ seu contexto e recria a si mesmo nos leva a compreender que o mesmo indivíduo estará construindo a cada instante sua forma de atuar na realidade, ao passo que assim também está transformando esta realidade.

Esta colocação nos faz pensar que é impossível olhar para o indivíduo e entendê-lo como um momento díspare de todo o contexto que o envolve. Não podemos, nem sequer por um breve período, separarmos indivíduo de seu contexto, pois a reestruturação, tanto sua quanto do mundo externo, ocorre ao mesmo tempo em um processo instantâneo de transformação mútua. Tal separação seria possível apenas em um universo teórico explicativo que teria como função a didática de tais conceitos. Essa transformação é dependente do indivíduo e de seu contexto, o que corrobora para esta idéia de construção simultânea do sujeito e do mundo.

A idéia de que indivíduo é um ser indivisível e inseparável contribui para a compreensão de um sujeito composto de sua história de vida que, sendo fruto de sua

vivência e experiência no mundo, é entendida como sendo única e exclusiva do indivíduo que a possui, o que o torna distinguível de todos seus semelhantes. Segundo a definição do dicionário de psicologia DORSCH, o termo indivíduo se refere a:

*“o indivisível, inseparável, o que é completo e concluso em si, o único no espaço e no tempo. Indivíduo pode ser tanto uma coisa com um ser vivo (animal, planta). De modo especial, porém, refere-se ao homem. Individualidade significa distinguir-se da massa de indivíduos (comparável a relação entre pessoa e personalidade) e constituir o nível superior do indivíduo. Por isso na linguagem comum, indivíduo equivale também a caráter ilibado.”*  
(2001: p.295)

Esta concepção de indivíduo apresenta algumas noções que são entendidas como corretas para esta teoria, e outras, ainda, que precisam ser reestruturadas e rearranjadas. Como é possível que um ser, justificado pela sua história de vida, seja considerado como ‘completo em si mesmo’ ou ‘único no espaço e no tempo’? Aceitar tal afirmação seria aceitar a inexistência de uma relação desempenhada entre indivíduo e seu contexto, seria negar o processo constante de construção em que o indivíduo está inserido, seria excluir a necessidade da existência de algo além do indivíduo que possa contribuir para a sua formação e aceitar definitivamente a auto-suficiência do sujeito. Aceitar tal proposta implica em excluir a noção que declara o indivíduo como único e indivisível, pois isto é justificado pela sua relação com o externo a ele.

A noção de indivíduo, como um ser que age sobre o mundo, o coloca em um lugar específico, em uma posição de responsabilidade perante os efeitos de suas atitudes. Sua atuação – e conseqüentemente a transformação – no mundo é o momento em que se gera entendimento, uma congruência entre o eu e o mundo, uma união de compreensões que não devem ser entendidas como necessariamente conscientes, o momento onde cria-se sentido. Ainda sobre o conceito de sujeito, Gonzáles Rey aponta que:



*“O sujeito é sujeito do pensamento, mas não de um pensamento compreendido de forma exclusiva em sua condição cognitiva, e sim de um pensamento entendido como processo de sentido, ou seja, que atua somente por meio de situações e conteúdos que implicam a emoção do sujeito” (2003: p.235).*

Aqui podemos ver uma definição que exalta a importância de se falar de indivíduo como criador e transformador do contexto em que atua, gerando significações e criando sentido sobre suas atitudes no mundo que o cerca. A respeito desse indivíduo inigualável, falta-nos ainda conceber o entendimento sobre algo que é impossível não citar: a subjetividade. Esta é uma condição humana que permite que o sujeito mantenha seus conteúdos emocionais e seus processos afetivos integrados e submetidos a um sistema. Gonzáles Rey em seu livro *Pesquisa Qualitativa em Psicologia*, define subjetividade dizendo que:

*“A subjetividade é um sistema processual, plurideterminado, contraditório, em constante desenvolvimento, sensível à qualidade de seus momentos atuais, o qual tem um papel essencial nas diferentes opções do sujeito. A subjetividade não se caracteriza por invariantes estruturais que permitam construções universais sobre a natureza humana. A flexibilidade, versatilidade e complexidade da subjetividade permitem que o homem seja capaz de gerar permanentemente processos culturais que, bruscamente, modificam seu modo de vida, o que, por sua vez, leva à reconstituição da subjetividade, tanto social quanto individual. Os novos processos de subjetivação implicados nesses processos culturais se integram como momentos constitutivos do desenvolvimento da cultura” (2002: p. 37).*

Esta configuração adotada por Gonzáles Rey, onde a subjetividade é vista dentro de sua complexidade, versatilidade e flexibilidade, demonstra a constante busca de compreensão que há do indivíduo com seu contexto, o que implica uma noção de relação entre ambos, uma tentativa de estabelecer um equilíbrio. Esta busca é a busca pelo sentido. A subjetividade só pode então ser compreendida dentro da relação com seu contexto, devendo o indivíduo sempre ser compreendido em relação ao mundo

externo a ele. É esta relação que possibilita, através do sentido, que a subjetividade não seja vista como um universo desorganizado, um todo caótico e desestruturado ou um simples acúmulo de significados.

A partir disto, podemos então afirmar que os conteúdos subjetivos são a priori, quando estudados fora da relação, desprovidos de ordem. Nesse sentido, a integração de processos emocionais e afetivos só pode ser concebida dentro da relação, que justifica e é justificada por indivíduo e contexto. A perda da relação implica ao indivíduo a perda de sua organização subjetiva, já que não haverá o mundo externo para participar do processo de significação ou criação de sentido. É válido ressaltar que a subjetividade deve ser sempre entendida como anterior a sua própria capacidade de organização que, por sua vez, é gerada dentro da relação entre o externo e o indivíduo.

A definição do conceito de sujeito aceita por esta teoria, nos leva a falar sobre o genótipo de cada sujeito. Obviamente não podemos reduzir o indivíduo a sua composição genética, visto que aquilo que o identifica e o que o caracteriza como tal não pode ser expresso apenas por uma compreensão de seu genótipo. Mas devemos saber que em um primeiro momento, anterior ao nascimento, são estas características que irão tornar possível uma distinção entre um e outro sujeito. Aos olhos da biologia todos indivíduos são diferentes, possuidores composições fisiológicas únicas, e esta diferença se dará inicialmente devido à genética. Posteriormente porém, o próprio aprendizado do sujeito nesta relação com o mundo externo fará com que ele siga um caminho único em sua construção dentro da cultura, o que irá sobrepujar os valores básicos da genética. É óbvia a exceção daqueles indivíduos que são gêmeos, pois estes possuem uma mesma carga genética. Mas apesar de uma identidade genética comum, os gêmeos ainda assim irão experimentar momentos diferentes de um contexto, gerando sentidos baseados em emoções exclusivas e irreduzíveis a qualquer gen específico, o que implicará, ainda assim, uma história de vida única e inigualável.

### 3.2 – O MUNDO EXTERNO

Falar de indivíduo e dos processos que o formam sem falar do mundo ao qual ele está inserido seria uma tarefa impossível, já que há uma relação entre eles. Este mundo, também chamado por este trabalho de contexto, ambiente, mundo externo e meio, pode ser delimitado a partir do indivíduo. Como falamos anteriormente, o indivíduo atua em um mundo externo a ele, mundo o qual é transformado através desta atitude. Falamos também que o indivíduo se modifica durante este processo, já que entra em contato com uma natureza estabelecida e outras subjetividades atuantes. Isto nos leva a teorizar um pouco sobre este chamado mundo externo.

A busca pela realidade externa ao indivíduo foi, e ainda o é, uma das maiores buscas da filosofia e sua vertente, a epistemologia, levando muitos teóricos a formularem concepções acerca de sua estrutura e seu funcionamento. Como visto anteriormente, alguns filósofos consideram o todo externo ao indivíduo como a realidade objetiva ou *verdade*, ou seja, defendem uma relação perfeita entre objeto e indivíduo. Outros ainda afirmaram que o ser humano não pode e nem poderá ter acesso àquilo que é externo a ele, já que a nossa percepção do real está submetida aos nossos sentidos e estes não são confiáveis para experimentar aquilo que é dito como real.

Podemos então formular um conceito para tratar deste mundo tão enigmático. Obtendo um raciocínio inverso – e não uma tautologia – sobre a noção de indivíduo, podemos então afirmar que este mundo é formado por tudo aquilo que não é sujeito, ele é aquilo que está externo ao indivíduo, todo este grande quadro pintado diante de nossos sentidos. Esta concepção pode parecer um tanto quanto infértil a princípio, mas ela tem o poder de nos transporta para um olhar mais aprofundado sobre o que consideramos aqui como mundo externo.

O contexto, ou mundo externo, pode ser entendido como uma composição caótica de sinais ou sinalizações, um grande aglomerado de informações sem sentido. Esta desorganização dos sinais pode ser ordenada somente quando presente na relação com o sujeito, que atua e dá sentido a ela. Condizente com esta concepção, o

apriorismo, abordado anteriormente no capítulo dois, vale ser ressaltado. Segundo esta idéia estruturada por Emmanuel Kant, a experiência é desprovida de organização e é a razão que ordena as sensações caóticas que obtemos em nosso contato com o mundo. Kant trata as sensações como a matéria que é utilizada pelo pensamento na construção de um objeto. Kant afirma em seu livro *A Crítica da Razão Pura*, que:

*“Não podemos, pois, falar de espaço, de seres extensos etc., senão debaixo do ponto de vista do homem. Nada significa a representação do espaço se saímos da condição subjetiva, única sob a qual podemos receber a intuição externa, quer dizer, ser afetados pelos objetos”* (P. 58 e 59).

Esta posição de Emmanuel Kant concorda em parte com o que aqui é proposto quando falamos de mundo externo ao indivíduo. Dizer que não há significação do mundo externo quando saímos da condição subjetiva, ou que o mundo externo é desorganizado sem a presença de um sujeito, nos leva a refletir sobre o que são estas sensações caóticas. Para nós os sinais provenientes do mundo externo são fragmentos da realidade, são partes de informações que só podem encontrar seu sentido na relação com o sujeito. Estes sinais devem ser entendidos desde a menor parcela de informação que um indivíduo pode ter acesso em seu contexto, à maior forma de informação que ele encontrará.

Se pegarmos o objeto ‘copo’ como exemplo, poderemos dizer algumas qualidades a seu respeito. Ao vermos um ‘copo’, sabemos que ele atende às necessidades do conhecimento, existindo uma crença em sua existência que se demonstra verdadeira quando estabelecidas sua correspondência com o objeto dito como real. Mas a concepção de ‘copo’ já é posterior a sua própria identificação, pois, para compreendê-lo como tal, ocorreram processos que o permitiram. Estes processos, foram responsáveis pelo agrupamento dos sinais vindos do mundo exterior, as sensações, e construíram o objeto ‘copo’.

Estes sinais anteriores à formação do objeto eram desprovidos de ordem, apresentando-se para o indivíduo em um processo caótico. A cor do ‘copo’ ou sua transparência, seu formato cilíndrico, sua borda arredondada ou quaisquer outras

características, são informações ou sinais que não possuíam sentido algum até que o indivíduo que o percebeu construísse seu sentido. O 'copo' não seria, desta maneira, considerado como um objeto, se excluíssemos o sujeito do processo relacional. Seria apenas um número de sinais ou estímulos que não possuem nenhuma forma de ligação entre si. Estas características estariam dispostas no mundo externo, mas não possuiriam, a princípio, uma ligação entre si, impossibilitando assim que tais características fossem identificadas ou chamadas de copo. O agrupamento ou junção de tais características é uma atividade exclusiva do indivíduo. Assim, só podemos ter o 'copo' se houver o indivíduo para identificá-lo como tal. Portanto, os sinais existentes do contexto são caóticos e percebidos diferentemente por cada indivíduo que tem acesso a ele, que o identifica e cria seu sentido ou o constrói.

Esta noção não exclui a existência de significados comuns entre os indivíduos de um mesmo grupo. Ao invés disso, este conceito de desorganização dos sinais existentes no mundo demonstra que há uma semelhança nos padrões de percepção entre membros de uma mesma cultura. As características que são percebidas e agrupadas por um indivíduo, e lhe permitem perceber um objeto, pertencem somente a ele, mas em algum nível há características que são compartilhadas pela cultura. Assim um outro indivíduo que perceba outras características, poderá também construir uma representação do mesmo objeto. Estes indivíduos participaram de um mesmo contexto social e cultura, que fez com que eles adquirissem semelhanças em suas formas de perceber o mundo. Mas apesar de sermos fruto de uma mesma sociedade, de um mesmo momento cultural, e termos hábitos e práticas semelhantes, cada um de nós detém um conhecimento exclusivo do mundo, uma forma diferente de enxergar e reagir a este contexto em que estamos inseridos. O autor Roque Laraia em seu livro *Cultura: Um conceito Antropológico* (2000) nos mostra que:

*“O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”* (pág. 70).

Estas semelhanças podem ainda ser identificadas até mesmo em membros de culturas distintas, mas este nível de análise possui uma proposta tão minuciosa que seria uma tarefa extremamente fatigante identificar os sinais que possibilitam que um indivíduo perceba o objeto 'copo', assim como outro indivíduo de uma cultura de marcantes diferenças. Esta análise nos levaria ao menor nível de entendimento do que pode possibilitar a identificação do objeto citado. Não nos cabe aqui falar da função que um 'copo' possa ter para indivíduos de diferentes culturas, o que demonstraria ainda mais a distância entre as culturas. Cabe-nos apenas compreender o que leva estes indivíduos a perceber os sinais que constroem o objeto aqui exemplificado.

Entender o mundo externo como um complexo de sinais em estado caótico seria o que mais se aproxima da idéia de objeto trazida pelo Realismo: a de que ele existe na realidade objetiva ou no 'mundo real' independente de nossa consciência sobre ele. Afirmamos então, que podemos considerar como existente independente de nossa consciência, apenas estes sinais desorganizados, esta estrutura caótica, ou melhor, a falta de estrutura. Qualquer outro passo além deste já é fruto da relação do sujeito com estes sinais, uma ação da razão ou do pensamento sobre o que é apresentado pelo contexto. Sendo assim, um indivíduo não pode identificar nenhum objeto no 'mundo real', já que perceber algo como objeto é uma construção realizada pelo sujeito, uma atuação do indivíduo em seu contexto.

Portanto, esta formulação de objeto trazida pelo Realismo não atende suficientemente às necessidades deste trabalho, já que consideramos que aquilo que damos como contexto é composto, como visto, de um caos de informações, informações estas que necessitam ser agrupadas para que haja a existência de um objeto. Precisa-se portanto, de algo para dar sentido a esta gama de sinais dispostos no contexto, ou seja, classificá-lo e nomeá-lo como tal, trabalho este ocupado pelo sujeito. Assim, um objeto só pode ser chamado de tal forma se estiver presente na relação, ou seja, for um fruto dela.

Aqui é válido dizer que este conceito de desordem do mundo externo se diferencia ainda do conceito de *númeno* concebido por Kant em seu sistema filosófico. Em tal conceito vemos que o *númeno* é a verdade, a matéria que a razão utiliza para conceber os objetos e a fonte de todo conhecimento e, ainda, é considerada como inacessível à percepção humana. Esta posição adotada por Kant levou vários filósofos a criticarem sua teoria, afirmando que se há algo que está além de nossa capacidade de acesso, e este algo é, portanto, incompreensível, não há por que falar deste algo. Mesmo considerando esta crítica feita à concepção de *númeno*, podemos ainda assim perceber que para ele o sentido dado ao fenômeno é gerado pelo observador. Nos diferenciamos desta proposta quando afirmamos que o indivíduo tem uma relação com estes sinais que, ao contrário do apresentado por Kant, consideramos totalmente acessíveis ao indivíduo. Diferenciamos-nos ainda, quando afirmamos que o sentido aos fenômenos não é dado pelo sujeito, mas sim, que ele é resultado da relação existente entre este sujeito e seu contexto. O contexto aqui defendido passa então a ser o que há de mais próximo a esta noção de 'mundo real', apresentado pela corrente filosófica do Realismo. Assim sendo, o mundo externo para nós é um mundo caótico e desestruturado quando visto fora da relação com o sujeito que o percebe.

Para evitar certa confusão devemos aqui citar que, se fizermos uma análise do contexto de um sujeito, estando esta análise externa a qualquer ótica individual do observador, teremos que no contexto avaliado haverá outros inúmeros indivíduos que o compõem. Poderemos então, e em verdade devemos, considerar como parte do contexto os outros indivíduos que atuam e participam nele. Para um indivíduo, todos os outros indivíduos são contexto para ele, fazem parte do mundo, pois, como dito acima, o mundo é tudo o que não é o indivíduo. Obviamente esta proposta de análise é utópica e só pode ser construída teoricamente já que não há como estarmos fora de nós mesmos, colocando-nos em um patamar onde nos tornaremos observadores neutros, assim como insistem inúmeras ciências. Esta explicação nos mostra que, para um indivíduo os outros sujeitos existentes são sinais e estímulos, mas analisar a visão do contexto de um indivíduo desta forma não faz com que desconsideremos a subjetividade dos outros sujeitos, o que seria impossível, mas

sim mostra-nos que um outro indivíduo com o qual nos relacionamos é também fruto dos sinais do contexto a que temos acesso.

### 3.3 – A RELAÇÃO

Como vimos durante este terceiro capítulo, não é possível uma compreensão de indivíduo, ou do mundo externo, assim como não há como estruturarmos um entendimento sobre a realidade e a apreensão desta por um indivíduo, senão por meio de um entendimento aprofundado deste conceito chamado de relação. Até este presente ponto, muito se falou sobre a relação entre o indivíduo e o mundo externo a ele. Iniciaremos agora uma nova proposta de análise, uma expedição que rumará ao interior deste conceito.

Quando um indivíduo nasce, é inserido em um mundo já há muito existente. Um mundo formado e possuidor de regras e limites estabelecidos, detentor de uma cultura de milhares de anos, acessível a todos seus membros. *Nascer, é então, a possibilidade que nos é dada de conhecer.* Essa inserção nesta estrutura pré-existente ao indivíduo não é passível de escolha, o que leva-o a estar durante toda a sua existência imerso em um oceano de estímulos. Ao nascer, o sujeito é absorvido pelas águas do mundo.

Estes sinais, dispostos no meio, estão a todo o tempo fazendo contato com o indivíduo, que aprende aos poucos a discernir entre estes inúmeros sinais e construir um entendimento sobre eles. Em qualquer tempo, até mesmo enquanto você lê este texto, o mundo oferece a nós um banquete de sinais, e não há como estar em um lugar ou em um momento onde escapemos da presença destes sinais. Em verdade, são estes sinais, que ao se encontrarem com o indivíduo, ou seja, se relacionarem com ele, constroem aquilo que defendemos aqui, como realidade.

Chamamos de *relação* o processo de troca simultânea de informação entre o indivíduo e seu contexto, uma influência constante de um para com o outro, um momento onde sujeito e meio se confrontam e se constroem, se confundindo e gerando



significados. *É a respiração que mantém viva a existência da realidade.* Por isso devemos dizer que indivíduo, e tudo aquilo que é externo a ele, só pode ser entendido e identificado em suas particularidades e suas formas de se apresentarem, se for analisado a partir do entendimento do funcionamento da relação existente.

Este constante exercício de troca e influência faz com que a relação seja um processo de construção constante, tanto para indivíduo, quanto para o meio. Quando nos referimos ao termo “troca” ou “influência”, temos a intenção de ressaltar o valor de dependência que há nesta relação, e que indivíduo e ambiente necessitam um do outro para existirem. Não haveria porque falar de indivíduo, ou mundo, paralelamente, pois estes só fazem – e geram sentido – se entendidos dentro da relação de que participam. Portanto, ao concebermos a noção de que o indivíduo entra em contato com o mundo, podemos ser tentados a pensar na submissão do sujeito perante o mundo e seus estímulos, assim como a determinação do indivíduo pelo objeto, como vimos defendido pelo objetivismo. Mas este pensamento se torna equivocado e errôneo quando percebemos que isto só é possível devido à existência de ambos. É por este motivo que devemos nos referir a este processo como uma *relação* e não como uma imposição de qualquer uma das partes, já que os dois lados possuem importância igual neste sistema.

O movimento de formação da realidade do indivíduo pode ser descrito como o confronto de suas construções particulares com o contexto apresentado, no qual atua. Efetuar esta relação implica o indivíduo perceber os sinais que indicam a existência desta troca entre ele e o contexto, onde aquilo que é percebido durante este momento só o é devido a um aprendizado anterior que o indivíduo possui, aprendizado este adquirido em relações já passadas e pertencentes à história do indivíduo. Ao ocorrer desta relação, toda a história passada de um sujeito é agora presente a ele, presente à relação. Portanto a relação é para o indivíduo uma constante aquisição de conhecimento sobre a realidade na qual está inserido, um eterno aprendizado.

A construção da realidade ou como o indivíduo irá perceber o mundo em que está inserido, é dependente da forma como ele aprenderá os estímulos, ou sinais

do mundo. Desenhando uma situação hipotética, podemos pegar uma fotografia de um momento onde um indivíduo acabara de nascer, ou seja, onde tenhamos um indivíduo ingênuo a qualquer experiência, ou seja, sem ter tido qualquer relação com o mundo externo a ele. Este indivíduo iria notar ou compreender o mundo como um estímulo único. Metaforicamente falando é como se ao nascer o indivíduo percebesse a realidade como apenas um cheiro em suas narina, um único som, apenas um gosto, somente um todo escuro e um peso sobre seu corpo. Esta fotografia de um momento da realidade do indivíduo seria alterada conforme a sua *relação* com o mundo se transformasse. Imaginemos agora a fotografia de um próximo momento, quando novos estímulos ou sinais são apresentados e o indivíduo percebe-os através de seus sentidos. Esta percepção de novos sinais do meio é possível pelo conhecimento que o indivíduo tinha dos outros sinais, as informações da fotografia anterior, que organizadas no sujeito geraram um sentido com as novas informações. Conforme o aprendizado evolui, este indivíduo agrupa estas informações para formar sua representação do objeto ou das partes desta realidade. Este agrupamento é o que permite ao sujeito a percepção de uma nova parcela da realidade.

Este movimento de agrupamento de sinais, informações ou estímulos, coloca o indivíduo como atuante no processo de entendimento da realidade ou a aquisição de conhecimento. Kant cita a importância da presença do sujeito na classificação do mundo, dizendo:

*“Temos querido provar que todas as nossas intuições só são representações de fenômenos, que não percebemos as coisas como são em si mesmas, nem são as suas relações tais como se nos apresentam, e que se suprimíssemos nosso sujeito, ou simplesmente a constituição subjetiva dos nossos sentidos em geral, desapareceriam também todas as propriedades, todas as relações dos objetos no espaço e no tempo, e também, o espaço e o tempo, porque tudo isto, como fenômeno, não pode existir em si, mas somente em nós mesmos”* (Crítica da Razão Pura, p. 58,59).

Neste trecho nota-se mais uma vez a formação teórica que Kant dá ao que chamou de a *coisa em si* ou *númeno*, aquilo que para ele era impossível de ser analisada pelos sentidos, levando-nos a uma impossível noção completa da realidade. Mas aqui podemos notar também que Emmanuel Kant considera fundamental a importância do sujeito na construção da realidade, concedendo a ele o poder de criar todas as propriedades e constituições de objetos, o que vai contra o proposto por nós, pois como vimos não há a prevalência de sujeito sobre o mundo externo, ou o contrário. O que há é apenas a relação, uma construção mútua.

Este trecho não demonstra – afinal não era parte do objetivo de Kant – que além da essencial presença do sujeito para existência do que chamou de fenômeno, há também o mundo externo, as informações advindas dele. Kant afirma que não percebemos as coisas como elas são realmente, e isto é em parte verdade para esta teoria. Defendemos que realmente não há como obter um puro conhecimento sobre o real, porque simplesmente não há nada neste ‘mundo real’ a ser acessado senão sinais desprovidos de sentido, e deles sim, construímos nosso entendimento e adquirimos conhecimento. O conhecimento é o resultado da soma feita entre sujeito e mundo externo.

A relação que falamos até aqui tem, então, a função de gerar o movimento necessário para que indivíduo e ambiente se construam. Como vimos, um indivíduo só pode perceber um dado sinal presente na relação, se em sua história de vida houver o necessário para que ele perceba este sinal. Uma criança de poucos meses de vida possui uma restrita capacidade de identificação de objetos se comparada à capacidade dita como normal de um adulto. Ela aprende a reconhecer sua genitora, mas pode confundi-la com qualquer outro objeto que possua características semelhantes à de sua mãe, ou seja, ela poderá inicialmente empregar a palavra *mãe* para pessoas com a qual convive. Esta convivência fará com que ela perceba ou aprenda a reconhecer os estímulos que somente sua verdadeira mãe possui, fazendo com que ela construa utilizando estes sinais, um agregado de informação, uma idéia ou noção sobre sua mãe.

Este conjunto de informações percebidos durante a relação com sua mãe, a voz de sua mãe, os sentimentos que teve em relação a mão, o cheiro, as sensações de calor corpóreo, a imagem, as idéias, as emoções e etc, tudo isso e mais um infindável número de sinais irão se agrupar para formar um nicho de características sobre sua mãe. Este nicho de características é o aprendido, e é ainda aquilo que permitirá que ela continue a identificar o objeto que nomeia de *mãe*. Este aprendizado então servirá para que ela, quando em uma dada situação em que sua mãe esteja, seja capaz de percebê-la e reconhecê-la através das características já aprendidas. Este nicho de características e informações não deve ser entendido como algo fixo onde o aprendizado fica 'guardado', o que gera uma idéia de estagnação ou imobilidade, o que é contrário a esta teoria. As características percebidas pela criança do exemplo anterior só serão agrupadas no momento em que estiverem presentes em uma relação que as justifique, ou seja, este nicho só estará acessível para o sujeito no momento da relação. O momento em que ocorre esta relação é um momento de geração de sentido, onde o indivíduo significa e transforma sua relação com o contexto, alterando assim sua forma de compreensão da realidade.

### **3.4 – A ORGANIZAÇÃO GERATIVA**

Entraremos agora, na última parte desta apresentação. Iremos aqui, tratar de um conceito que tem como pretensão esclarecer a dinâmica do acesso que um sujeito tem à realidade, assim como sua função na organização e na geração de significados. Este conceito é uma especificidade do processo de relação entre indivíduo e mundo externo, é uma construção que visa explicar a constante permuta de sinais na relação. A este conceito, damos no nome de *Organização Gerativa*, que é definido como um padrão de estímulos agrupados, uma categorização de informação, uma classificação dos sinais do mundo externo construída pelo próprio sujeito no momento da relação. Ela é o encontro do aprendizado possuído pelo indivíduo com os sinais dispostos no mundo externo, é uma construção que irá permitir ao indivíduo a percepção do objeto, é a junção da emoção do sujeito, seus pensamentos e sentimentos que se interligam para permitir o acesso à realidade que se constrói no

momento da relação com o mundo externo. A *Organização Gerativa*, como seu nome já nos informa, é um momento de organização subjetiva dos sinais apreendidos do mundo externo assim como os produtos da própria subjetividade. Ela é a ordem imposta sobre o caos das informações dispostas no contexto durante a relação.

O conceito aqui formulado de *Organização Gerativa* não deve ser entendido como algo estrutural ou como uma estrutura pertencente ao indivíduo, ou ainda como algo fixo e determinado. Pelo contrário, a *Organização Gerativa* não está em lugar algum ou 'dentro' do indivíduo, ela é um conceito que representa um momento ou um instante. A *Organização Gerativa* é apenas um nome dado a uma função desempenhada pela subjetividade, e por isto não deve ser analisada como uma lei invariável, deve-se apenas compreendê-la como fruto de nosso momento atual na cultura, fruto este que não é imposto à condição humana ou determinante desta.

Quando falamos da concepção da *Organização Gerativa*, estamos nos referindo ao momento de percepção do objeto por um indivíduo. Esta percepção é um momento de igualdade entre a capacidade da *Organização Gerativa* e o mundo externo, onde aquilo que o indivíduo apreendeu se equipara por apenas um instante àquilo apresentado pelo mundo externo. Este instante de igualdade é o momento em que os sinais dispostos no contexto se encontram com a história de vida de um sujeito, e deste encontro surge a percepção, surge uma compreensão do sujeito perante seu contexto. Esta compreensão não é necessariamente uma atitude consciente, em verdade temos consciência apenas de uma pequena parcela desta compreensão do mundo externo, já que a enorme quantidade de informação presente nesta relação não permite que tenhamos acesso consciente a elas. Se assim fosse, seríamos impossibilitados de ter qualquer tipo de atitude, pois teríamos todo o nosso ser ocupado em discriminar tudo o que estivesse acontecendo a nossa volta.

Uma grande dúvida nos surge à mente quando pensamos neste movimento que há entre um ser e seu meio, esta dança de conteúdos onde o indivíduo tem o contexto como seu único par. Somos tomados por um espírito curioso e nos perguntamos: – O que proporciona isto? O que é a causa disto? A esta pergunta

respondemos que o que faz com que a relação ocorra, ou o que gera esta *dança* interminável, é a assimetria, a diferença, a inconstância, a contradição que há naquilo que um indivíduo possui e aquilo que o contexto lhe apresenta. Sabemos que o conhecimento é um encontro entre mundo externo e o indivíduo, e este encontro é marcado por sinais que participam dele. Assim, dizemos que o indivíduo está sempre um passo atrás dos sinais disponíveis no mundo, pois se é da relação com eles que tiramos nosso conhecer, seria um tanto quanto ilógico pensarmos que um indivíduo pode saber mais do que está disponível a ele. Desta forma, podemos afirmar então que há um desequilíbrio entre indivíduo e o mundo externo, há um eterno *déficit* do conhecedor diante do que pode ser conhecido. É neste desequilíbrio que encontramos o fator motivacional da relação: a busca do sujeito pelo que lhe falta, a busca pela restauração do equilíbrio, da igualdade entre os sinais apresentados pelo mundo e os possuídos pela *Organização Gerativa*.

Este movimento de busca de equilíbrio é justificado, então, pela diferença existente entre o sujeito e o contexto, e esta diferença faz com que os momentos em que ocorre esta relação sejam momentos de desequilíbrio tanto por parte do ambiente quanto por parte do indivíduo, já que ambos possuem uma construção particular que é colocada em 'xeque' pela presença da outra. Quando nos referimos a que há uma 'construção particular' do mundo externo e outra do indivíduo, deve ficar claro que há uma diferença entre ambos, e esta diferença é a capacidade de gerar significado de um sujeito, algo que o mundo externo é incapaz de fazer.

Este sistema em busca de constante equilíbrio encontraria seu fim se houvesse uma equiparação definitiva entre ambos, mas isto se torna impossível, pois a cada momento desta relação o mundo externo se transforma, assim como o indivíduo. Sendo assim, a igualdade absoluta entre sujeito e seu contexto é um objetivo inatingível, já que a todo momento, tanto indivíduo quanto mundo externo se transformam e transformam um ao outro, o que faz com que esta igualdade seja inalcançável, pois sempre haverá um novo elemento presente nesta relação. Assim como não há uma igualdade absoluta, não há, e nem pode haver, um momento onde

sujeito e ambiente deixem de se relacionar. Em verdade este momento seria a não-existência, a falência do ser humano ou a morte.

A busca pelo equilíbrio torna este processo de troca de informações entre indivíduo e mundo externo extremamente dinâmico e gerativo de novos momentos relacionais. Dinâmico porque a diferença entre ambos leva à busca de igualdade, igualdade esta que gera mais uma vez a diferença. Este conceito é ainda gerativo porque cada momento nos encaminha para outro novo momento. A *Organização Gerativa* é o momento em que o indivíduo escreve uma nova página do livro que contém sua história de vida, página esta que se torna desatualizada ao terminar da escrita. A história de vida de um indivíduo é um livro que precisa ser constantemente reescrito para que o indivíduo mantenha sua própria história em contínua atualização.

Cada um destes novos momentos gerados é permitido pela diferença que há na relação entre sujeito e contexto. Mas esta diferença acontece devido à ocorrência de algo novo nesta relação, o algo que justifica a diferença existente. Sendo assim, a relação só pode ocorrer devido à presença deste novo sinal, uma informação ainda não conhecida pelo sujeito, mas que agora é passível de ser conhecido. É a diferença entre o que o sujeito conhece e o que o mundo apresenta, uma diferença entre a *Organização Gerativa* do sujeito e os sinais percebidos na relação. Este novo sinal faz com que a *Organização Gerativa* apreenda o que há de novo na relação, tornando possível o instante de igualdade entre sujeito e contexto. Todo este processo faz com que a apreensão da realidade seja contínua e esteja em constante desenvolvimento, onde há uma evolução da capacidade da *Organização Gerativa*, ou seja, uma evolução da própria capacidade individual de compreender sua própria realidade. Esta concepção tem como função permitir ao indivíduo a compreensão do mundo, pois somente através da construção da *Organização Gerativa* é que se pode perceber o real.

A *Organização Gerativa* é então, um momento, um instante onde os aprendizados que um sujeito possui lhe possibilitam perceber outros sinais presentes na relação, sinais estes que estavam dispostos no mundo externo e que só puderam

ser percebidos pelo sujeito porque este já possuía as informações necessárias que lhe permitiram ter acesso a estes novos sinais. Mas este acesso a um objeto através da *Organização Gerativa* que se possui para percebê-lo faz com que, ao se perceber este objeto, a *Organização Gerativa* se transforme adquirindo as novas informações que estavam presentes nesta relação. A transformação da relação levará a uma constante atualização da *Organização Gerativa*, já que o objeto será sempre visto de uma nova forma, pois o elemento novo existente entre indivíduo e seu contexto fará com que sempre haja a presença de um novo sinal na relação.

## **CAPÍTULO 4**

### **CONCLUSÃO**

*Me torno real quando me escrevo  
Me reconheço desejo de ser sempre mais  
Mais desejo, mais vontade  
De conquistar em ti a falta da tirania  
Desejo-te eu: amada Sofia.*

*(Olavo Carvalho)*

O eterno bailar do sujeito com seu contexto, do indivíduo com todo o mundo que o cerca, foi objeto de estudo deste trabalho, com o qual buscamos demonstrar visões e estruturas sobre o que vem a ser a realidade, passando de forma simplificada por algumas das principais correntes de pensamento da filosofia e



epistemologia. No capítulo inicial deste trabalho, vimos que a análise das condições necessárias para o conhecimento, também chamada de descrição tripartida, é critério adotado para a validação de um conhecimento. Vimos que um conhecimento é uma crença verdadeira e justificada, atendendo assim aos critérios propostos pela epistemologia contemporânea. Analisamos no capítulo seguinte algumas teorias e suas propostas para a possibilidade, a origem e a essência do conhecimento, onde solidificamos as bases para o que seria proposto no último capítulo. Na terceira parte deste texto, estruturamos o conceito de indivíduo e sua liberdade criativa, e delimitamos ainda o chamado mundo externo. Sublinhamos a condição caótica e desestruturada do indivíduo e do mundo, condição esta alterada pela existência da relação entre ambos. Desta forma traçamos a relação existente entre eles e introduzimos o conceito de *Organização Gerativa* e sua dinâmica de apreensão da realidade.

Como resultado de todo o conteúdo analisado por este trabalho, sabemos que aquilo que nomeamos como sendo realidade é uma construção, um fruto da relação do sujeito com o seu contexto. Tratamos desta concepção e ressaltamos que não podemos sucumbir ao erro de nos aproximarmos de uma posição relativista ou até mesmo idealista. O entendimento desta construção da realidade como uma construção relativista se mostra errôneo quando lembramos que a realidade é compartilhada por mais de um indivíduo. Sabemos que, se um grupo de sujeitos afirma estar enxergando um mesmo objeto, devemos aceitar que há alguma coisa no mundo externo que está possibilitando esta coerência na percepção do grupo, há um sinal semelhante que, quando em contato com os sujeitos, possibilita a construção do real. Esta construção demonstra, como visto no capítulo dois, uma concordância do conhecer com o objeto conhecido, o que é o contrário do relativismo. Em uma outra perspectiva, podemos também ser levados a pensar que o construir da realidade é de alguma forma próximo à noção idealista. Tal afirmação se mostra também inválida quando notamos que esta presente teoria expõe que há algo externo ao indivíduo que conhece, e este algo contribui para o movimento do conhecer. Portanto, a relação do indivíduo com o mundo externo irá acontecer com maior conforto, de um ponto de vista que afirme a existência de uma verdade externa ao sujeito, assim como sua idéia de que reagimos ao real, ao estímulo do mundo externo. Neste ponto nós nos assemelhamos ao realismo crítico.

Mas declina-se da proposta feita pelo realismo crítico quando afirmamos que não há um objeto no mundo externo ao sujeito, pois sabemos que o objeto já é uma construção da relação do sujeito e do meio.

Vimos também que esta concepção de sujeito como peça fundamental da construção da realidade advém da teoria concebida pelo filósofo Emmanuel Kant. Este autor sublinhou sua importância na história e na filosofia por ter colocado o sujeito nesta relação, por ter demonstrado que o sujeito ocupa o lugar de destaque nesta relação. Na verdade é o principal elemento desta construção. Kant deslocou o eixo, antes fixado e estagnado no mundo externo, para dentro do sujeito, defendendo assim que sem o sujeito não haveria sentido, não haveria alguém para significar e conceber a realidade.

Este debate teórico que aqui propiciamos, visou demonstrar que a realidade é uma construção, um efeito, um resultado de uma troca ocorrente entre sujeito e meio. Que não há a exaltação de um em detrimento do outro, não há – e nem poderá haver – a submissão de uma das partes desta relação, pois se assim fosse, teríamos uma eterna desorganização, um universo composto do puro caos. Enfim, sujeito e meio justificam-se na relação organizadora e significadora de seus conteúdos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZARIAN, Jacob. *O Problema da Verdade: Teoria do Conhecimento*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1994.

DORSCH, Friedrich; HÄCKER, Hartmut; STAPF, Kurt-Herman; *Dicionário e Psicologia Dorsch*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2001.

DUTRA, Luiz Henrique de A. *Introdução à Teoria da Ciência*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

HESSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, Emmanuel. *Crítica da Razão Pura*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, SD.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MOSER, K. Paul; MULDER, H. Dwaney; e TROUT, D. J. *A Teoria do Conhecimento: Uma introdução Temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REY, Fernando Gonzáles. *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Thomson, 2003.

REY, Fernando Gonzáles. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia*. São Paulo: Thomson, 2002.

### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

DANCY, Jonathan. *Epistemologia Contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 1985.